

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

EKTOR LUCAS BARBOSA SILVA
MIGUEL HENRIQUE GOMES MARANHÃO DE CASTRO STENIO
CAMPOS GOMES DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DESAFIOS
PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**

RECIFE/2024

EKTOR LUCAS BARBOSA SILVA
MIGUEL HENRIQUE GOMES MARANHÃO DE CASTRO
STENIO CAMPOS GOMES DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA**

Projeto apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em
Educação Física
Professor Orientador: Me. Jéssica Gomes Gonçalves

EKTOR LUCAS BARBOSA SILVA MIGUEL
HENRIQUE GOMES MARANHÃO inDE
CASTRO STENIO CAMPOS GOMES DE OLIVEIRA

A Inclusão de Pessoas com Deficiência Física na Educação Física Escolar: Desafios para uma Prática Pedagógica Inclusiva

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em
Nome do Curso, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão
examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof.º Me. Jéssica Gomes Gonçalves
Professor(a) Orientador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a) Professor(a)
Examinador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a) Professor(a)
Examinador(a)

Recife, ____ / ____ / ____

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a nossos pais.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos

alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.2. O Papel das Escolas na Educação de Crianças com Deficiência	13
2.3. Os Benefícios da Educação Física Para Pessoas Com Deficiência	14
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Ektor Lucas Barbosa Silva

Miguel Henrique Gomes Maranhão de Castro

Stenio Campos Gomes de Oliveira

Jéssica Gomes Gonçalves¹

Resumo: A inclusão nas aulas de Educação Física Escolar, visa promover a participação plena de alunos com deficiência nas atividades físicas, garantindo que eles tenham as mesmas oportunidades que seus colegas. O objetivo do presente estudo é analisar as estruturas de acessibilidade nas instalações escolares e durante as aulas de Educação Física, entender como os professores percebem os desafios da inclusão escolar e investigar as diversas abordagens metodológicas e pedagógicas que eles adotam para lidar com questões relacionadas à educação inclusiva. Para tal, será realizada uma revisão de literatura, utilizando-se os descritores “Educação Inclusiva”, “Pessoas com Deficiência”, “Educação Física Escolar” “Acessibilidade”. As buscas serão realizadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO- BR) e PubMed. Foram encontrados 12 artigos referentes à temática, os quais demonstraram a importância e os impactos positivos gerados pela capacitação profissional e pelas mudanças estruturais para a inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Pessoas com Deficiência; Educação Física; Acessibilidade

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão das pessoas com deficiência (PCD) foi historicamente negligenciada até 2015, quando foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa lei surgiu em consonância com os princípios estabelecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2008, que visava assegurar que as PCD tivessem acesso efetivo a seus direitos fundamentais, abrangendo aspectos essenciais como lazer e saúde

¹ Mestre em Educação Física – UFPE. Professora do Departamento de Educação Física da UNUBRA. Email para contato: jessica.goncalves@grupounibra.com

(BARBOZA;JUNIOR, 2017).

A prática esportiva se destaca não apenas como uma importante fonte de lazer, mas também como uma valiosa ferramenta de reabilitação e desenvolvimento pessoal. Quando um esporte é adaptado para atender às necessidades específicas de uma pessoa com deficiência, ele é denominado “esporte adaptado”. Essa abordagem começou a ser valorizada pelos profissionais de educação física brasileiros na década de 1950, impulsionada pelas inovações trazidas por Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande, que foram influenciados por suas experiências nos Estados Unidos (CARDOSO ; GAYA, 2014).

A legislação que garante a acessibilidade de crianças com deficiência física nas escolas é, em grande parte, assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei, que entrou em vigor em 2016, representa um marco significativo na promoção dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social, com especial ênfase na educação.

No âmbito educacional, o Estatuto estabelece que é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família garantir à criança com deficiência o pleno acesso à educação inclusiva, em igualdade de condições com seus pares. Isso implica que as instituições de ensino devem assegurar que crianças com deficiência física tenham acesso a todos os recursos e adaptações necessárias para participar plenamente das atividades escolares (BRASIL, 2015).

A participação de crianças com deficiência física nas aulas de Educação Física é crucial para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Essa inclusão não apenas proporciona oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e social para essas crianças, mas também fomenta a sensibilização e o respeito pela diversidade entre todos os alunos. A inclusão ajuda a quebrar estereótipos e preconceitos, promovendo um ambiente mais acolhedor e harmonioso (BEZERRA, 2017; FIORINI; MANZINI, 2014).

Ao criar um ambiente inclusivo nas aulas de Educação Física, as escolas não apenas atendem às necessidades específicas dos alunos com deficiência, mas também

promovem a formação de vínculos entre todos os estudantes. Essa interação contribui para a formação de adultos funcionais, respeitosos e capazes de conviver harmoniosamente com as diferenças, resultando em uma sociedade mais diversa e coesa (DAS NEVES SALLES; ARAUJO; FERNANDES, 2015).

Portanto, a promoção da inclusão esportiva deve ser uma prioridade nas políticas educacionais e sociais do país. Para isso é fundamental ressaltar e redefinir a importância da inclusão de alunos com deficiência física nas atividades esportivas escolares, dado seu potencial para melhorar a qualidade de vida do indivíduo e fortalecer seu relacionamento consigo mesmo e com a sociedade. A integração entre saúde física e emocional, aliada ao lazer e à realização pessoal, é crucial nesse processo (DOS SANTOS et al, 2018). Assim, o presente estudo tem como objetivo principal investigar os benefícios sociais, físicos e emocionais que a participação nas aulas de Educação Física proporciona às pessoas com deficiência.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Criança Com Deficiência no Brasil

No Brasil, quase um quarto da população enfrenta algum tipo de deficiência, e cada vez mais crianças com deficiência estão sendo integradas às escolas regulares. Essas crianças podem enfrentar desafios cotidianos, como alimentação, vestimenta e locomoção, que afetam não apenas suas interações sociais, escolares e familiares, mas também sua qualidade de vida. De acordo com dados do INEP, o número de matrículas de crianças com deficiência em escolas regulares tem crescido, sendo que somente na educação infantil, mais de 40 mil crianças com deficiência estavam matriculadas em salas comuns em 2012 (DOS SANTOS, 2018).

A inclusão da criança com deficiência começa no seio familiar, onde a influência da família desempenha um papel crucial. O nascimento de uma criança com deficiência traz mudanças significativas na dinâmica familiar, e é nesse contexto que a família assume um papel central no processo de reabilitação da criança, auxiliando em seu desenvolvimento e autonomia em habilidades cotidianas. O apoio social aos

cuidadores é fundamental para mitigar o estresse e fortalecer o vínculo com a criança, sendo que a resposta da família a esse desafio é moldada por sua experiência prévia, fatores socioculturais, dinâmica familiar e disponibilidade de rede de apoio, especialmente nos setores de educação e saúde

(TALES; RESEGUE; PUCCINI, 2016).

Considerando as dificuldades de integração enfrentadas pelas crianças com deficiência, é de suma importância fornecer informações e recursos tanto para as escolas quanto para as famílias, através de instrumentos de avaliação validados. O PEDI (Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade) surge como uma ferramenta eficiente para mensurar a capacidade das crianças com deficiência em participar das atividades diárias, levando em consideração suas necessidades específicas. Este estudo tem como objetivo principal descrever a assistência oferecida aos cuidadores de crianças com deficiência em processo de inclusão, utilizando o PEDI como uma ferramenta de avaliação e suporte (TALES; RESEGUE; PUCCINI, 2016).

2.2. O Papel das Escolas na Educação de Crianças com Deficiência

A inclusão de crianças com deficiências nas escolas é um passo crucial em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. A convivência diária com colegas de diferentes habilidades e características ajuda a quebrar estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de aceitação e empatia desde tenra idade. Além disso, a inclusão escolar é fundamental para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças com deficiências, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem enriquecedoras e experiências de interação social que contribuem para sua integração plena na sociedade (BEZERRA, 2017).

No entanto, para que a inclusão de crianças com deficiências nas escolas seja efetiva, é necessário que haja um ambiente preparado e recursos adequados para atender às suas necessidades específicas. Para isso são necessárias adaptações físicas nas instalações escolares, como rampas de acesso, elevadores, cadeiras adaptadas, banheiros adaptados, material didático em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e em áudio. Assim, ao investir na infraestrutura e nos recursos necessários, as

escolas não apenas cumprem a legislação de inclusão, mas também promovem a equidade e a dignidade para todos os estudantes, contribuindo para seu desenvolvimento integral (BEZERRA, 2017).

Outro aspecto crucial é a formação e capacitação dos educadores. Para que a inclusão seja efetiva, é indispensável que os professores recebam treinamento adequado sobre as necessidades específicas das crianças com deficiência. Isso inclui conhecer métodos de ensino diferenciados e estratégias de adaptação curricular que permitam a participação plena de todos os alunos nas atividades escolares. Além disso, a colaboração entre educadores, terapeutas e famílias é vital para desenvolver um plano educacional individualizado que atenda às necessidades de cada criança, garantindo que elas possam avançar em seu aprendizado e desenvolvimento pessoal (TALES; RESEGUE; PUCCINI, 2016). Por fim, a inclusão de crianças com deficiências nas escolas não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também uma questão de justiça social e desenvolvimento humano.

2.3. Os Benefícios da Educação Física Para Pessoas Com Deficiência

A prática esportiva oferece uma gama diversificada de benefícios significativos para pessoas com deficiência, abrangendo tanto aspectos físicos quanto psicossociais. Em nível físico, o esporte adaptado promove não apenas o desenvolvimento muscular, mas também a melhoria da saúde cardiovascular, o aumento da flexibilidade e a coordenação motora. Esses benefícios são cruciais, pois contribuem para a manutenção da saúde geral e da funcionalidade física, permitindo que os indivíduos realizem atividades diárias com maior facilidade e conforto (REZENDE; MOREIRA; TORRES, 2014). A atividade física regular também pode ajudar na prevenção de comorbidades, como obesidade e doenças cardíacas, que podem ser mais prevalentes em populações com deficiência.

Além disso, a participação em atividades esportivas resulta em ganhos significativos em autoestima, confiança e auto imagem positiva. O envolvimento em esportes proporciona um sentido de realização pessoal e pertencimento social, uma vez que as crianças e adultos com deficiência têm a oportunidade de se destacar e alcançar metas, independentemente de suas limitações. O esporte desafia as limitações

percebidas e estimula o desenvolvimento de habilidades adaptativas, promovendo a autonomia e a independência. Esses aspectos são vitais para o empoderamento dos indivíduos, permitindo que eles se sintam mais capacitados a enfrentar desafios em outras áreas de suas vidas (DA SILVA, 2018).

Socialmente, o engajamento em atividades esportivas proporciona oportunidades valiosas para interação social, formação de amizades e construção de redes de apoio. Essas interações ajudam a combater o isolamento social, muitas vezes experimentado por pessoas com deficiência, e promovem a inclusão e integração dessas pessoas na sociedade. A prática esportiva pode atuar como um meio poderoso de promover o entendimento e a aceitação entre os diferentes grupos sociais, desmistificando preconceitos e promovendo uma cultura de respeito e diversidade. Em suma, os benefícios do esporte para pessoas com deficiência vão muito além do aspecto físico, impactando positivamente sua saúde, bem-estar emocional e integração social, contribuindo para uma vida mais plena e satisfatória (DA SILVA, 2018).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Será realizado um estudo de natureza qualitativa, já que a pretensão não é de quantificar os dados, mas analisá-los os sentidos e significados. Conforme Minayo (2010) a pesquisa qualitativa:

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Será realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar estudos que tratam do tema investigado. Esse tipo de pesquisa é elaborado por meio de trabalhos já executados por outros autores, cujos interesses conferidos; eram os mesmos. Gil (2010) aponta as suas vantagens afirmando que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de

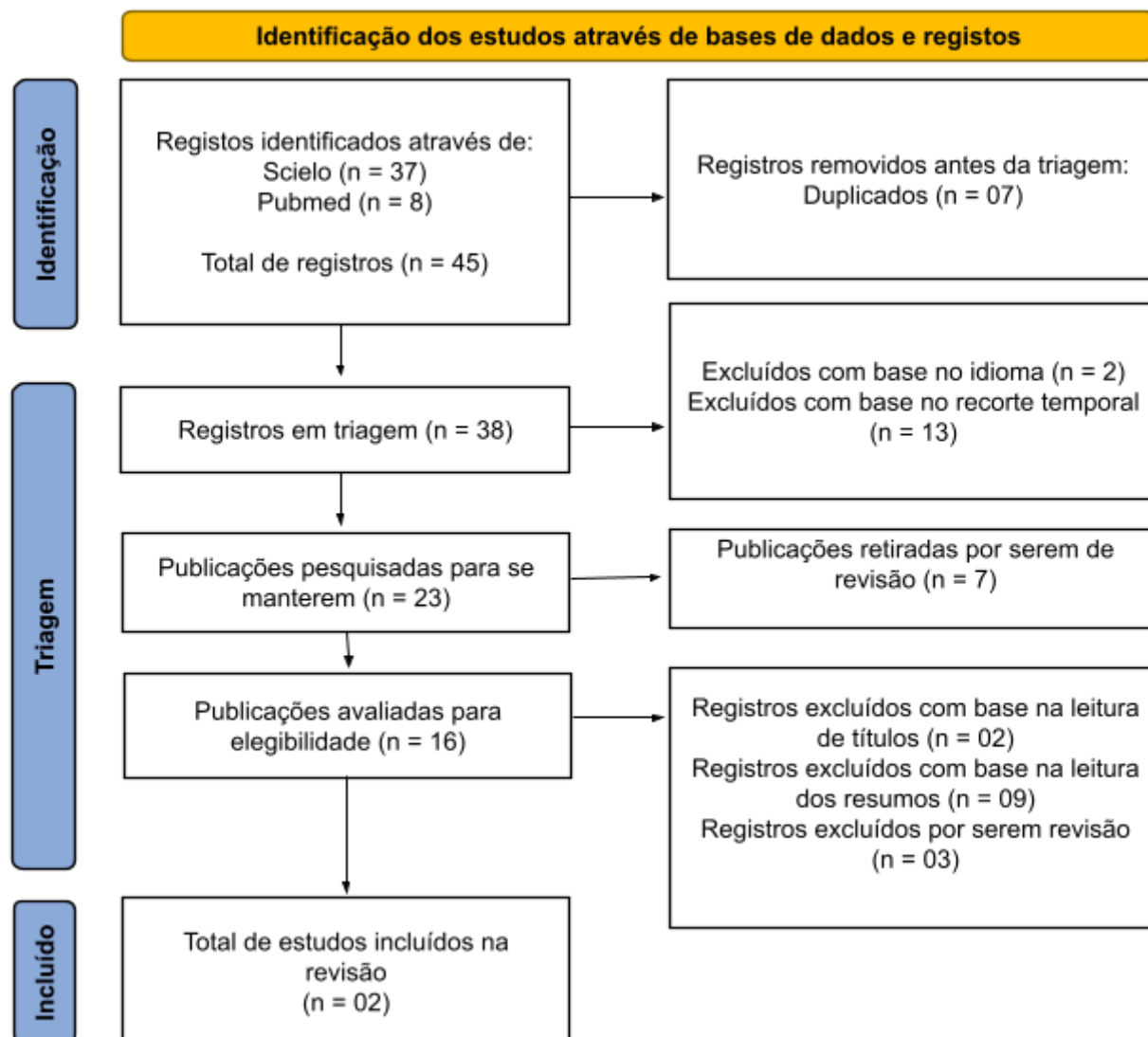
fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2010).

Para conhecer a produção do conhecimento acerca da inclusão da pessoa com deficiência física na educação física escolar será realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas PubMed e SciELO. Como descritores para tal busca, serão utilizados os seguintes descritores: “Educação Inclusiva”, “Pessoas com Deficiência”, “Educação Física Escolar” “Acessibilidade”, e os operadores booleanos para interligação entre eles serão: AND e OR.

Os critérios de inclusão do uso dos artigos serão: 1) estudos publicados entre 2019 e 2024; 2) estudos relevantes para a temática estabelecida; 3) artigos em Português; 4) artigos originais. Os critérios de exclusão foram: 1) estudos indisponíveis na íntegra; 2) estudos em língua inglesa; 3) estudos de revisão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1 - Fluxograma de busca dos trabalhos



O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados nesta revisão integrativa. Nele, são destacados os autores e o ano de publicação, além do objetivo de cada estudo, a amostra utilizada, o método empregado e as técnicas aplicadas na pesquisa

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos

Autor/Ano	Objetivo	Tipo de estudo	População investigada	Resultados
MARTINS et al., 2019	Identificar relações entre formação universitária e as habilidades docentes necessárias para o êxito da inclusão de crianças com deficiência na Educação Física Escolar (EFE), mais especificamente no ensino básico (Ensino Fundamental e Médio) e compreender se os professores de EFE estão preparados para atuar com pessoas com deficiência (PCD's).	Transversal	Professores dos ensinos fundamental e médio	Os resultados mostram que dentre os entrevistados, apenas 31,2% dos professores deixam o ensino superior sentindo-se preparados para enfrentar a realidade inclusiva, considerando a formação acadêmica suficiente para sua atuação. Os maiores desafios destacados pelos professores atuantes com alunos PCD's foram: falta de conhecimento e conceitos; infraestrutura; frustração dos alunos; motivação do grupo de educadores e preconceito quanto a pessoa com deficiência (PCD).
MASSOLI RODRIGUES; CARVALHO CAMPOS, 2022.	Levantar as percepções de estudantes com deficiência visual acerca dos seus processos de inclusão no curso de Educação Física.	Entrevista	Buscamos escutar três estudantes com deficiência visual, um cego e outros dois com baixa visão, que cursam graduação em Educação Física.	O estudo revela a adoção de metodologias inflexíveis, indiferença, cerceamento das experiências e negligência nos suportes à pessoa com deficiência. Mostrou a emergente necessidade de formação continuada para docentes, gestores e funcionários e construção de planos educacionais efetivamente inclusivos no ensino superior.

Fonte: Autores, 2024

A Educação Física Escolar, tradicionalmente embasada nas Ciências Naturais, focava no desenvolvimento biológico e motor dos indivíduos. No entanto, com a inserção das Ciências Humanas, houve uma mudança de perspectiva, considerando a influência da sociedade e da cultura sobre o corpo. Isso permitiu que os conteúdos abordassem temas mais amplos, como padrões de beleza, saúde, qualidade de vida,

diversidade corporal e inclusão de diferentes grupos nas práticas corporais, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. A partir dessa abordagem, as aulas passaram a valorizar a pluralidade dos corpos e a questionar estereótipos que limitam quem pode participar de determinadas atividades físicas, tornando efetividade da inclusão de PCD na atividade física uma meta a ser alcançada (MALDONADO, 2022).

No entanto, diversos desafios são observados para que seja possível alcançar de forma plena tal objetivo. Isso pode ser observado no estudo de Martins et al (2019), no qual professores de educação física afirmam que os maiores desafios encontrados na inclusão de PCD são falta de conhecimento próprio sobre o tema; estimular a inclusão entre os alunos; estrutura ofertada pelas instituições de ensino; frustração de alunos em decorrência de experiências prévias; motivação do grupo de educadores e preconceito. Cerca de 80% dos profissionais abordados neste estudo afirmaram ter tido o conteúdo de educação para PCD em sua formação, no entanto, não se sentiam preparados para aplicar tais conhecimentos na prática, principalmente por falta de contato prévio com PCD. Nota-se, portanto, que a carência de conhecimentos práticos quanto à educação de PCD durante a graduação em educação física é um fator de grande impacto na inclusão social.

Ademais, de acordo com Castro e Telles (2020), outro ponto a ser abordado nessa problemática são as relações interpessoais das PCD. Isso porque a participação nas atividades com colegas promove um senso de capacidade e pertencimento. Estudos demonstraram uma baixa interação durante as aulas de Educação Física, atribuindo isso a uma visão medicalizada e limitadora dos alunos com deficiência. A relação entre alunos e professores foi considerada um fator decisivo para a construção do relacionamento das PCD e os demais alunos por meio do incentivo ao diálogo e proporcionando momentos de interação entre os alunos através de diferentes dinâmicas na prática de jogos e esportes. Pontuando a falta de preparo e experiência do educador físico como um fator limitante para a construção de tais relações.

O estudo de Gonçalves, Leite e Duarte (2020) abordou a formação curricular do profissional de educação física quanto a educação inclusiva. Tal texto afirmou que a formação técnica e científica na área de Educação Física é crucial, especialmente à

medida que os direitos e políticas públicas para pessoas com deficiência se tornam mais prevalentes. No entanto, lidar com a diversidade em classes inclusivas é desafiador sem os recursos metodológicos e psicossociais adequados. Os cursos de licenciatura ainda tendem a focar em um aluno “padrão”, perpetuando práticas tradicionais que não consideram as necessidades de grupos minoritários, como os alunos com deficiência.

Para atender às demandas sociais e escolares inclusivas, é necessário reavaliar os fatores que influenciam a formação docente. O currículo precisa ser modificado para que as discussões sobre inclusão se reflitam na prática real das salas de aula. Não é suficiente incluir a disciplina de Educação Física Adaptada no currículo sem contextualizá-la nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Sendo fundamental oferecer ferramentas que capacitem os futuros educadores a agir de maneira competente diante das diferenças (GONÇALVES; LEITE; DUARTE, 2020).

Castro e Telles (2020) apontam ainda que as escolas devem oferecer suporte estrutural, comunicacional, metodológico, programático, instrumental e atitudinal para facilitar a adaptação de alunos no ambiente escolar. Nesse contexto, destacam-se três tipos de acessibilidade: arquitetônica, que busca eliminar barreiras físicas; instrumental, que se refere à disponibilidade de materiais de estudo; e metodológica, que envolve o uso de técnicas de ensino adequadas às necessidades dos alunos. Foram observadas precariedades estruturais nas escolas avaliadas. Isso torna mais uma vez o papel do profissional de educação física como destaque visto que as metodologias e criatividade do profissional para atuar em ambientes inadequados refletirá na inclusão de seus alunos.

Massoli Rodrigues e Carvalheiro Campos (2022), trouxeram o importante ponto de vista das PCD quanto a prática de educação física em suas escolas. O estudo traz falas e reflexões de estudantes com deficiência visual. Os relatos de estudantes indicam uma percepção de esforço unilateral para se adaptarem ao ambiente escolar, revelando um sentimento de exclusão e invisibilidade. Embora haja um número crescente de instituições que se autodenominam "inclusivas", a realidade vivida pelos alunos nem sempre reflete essa promessa. A inclusão, ao invés de ser plenamente praticada, muitas vezes permanece no discurso institucional, sem que as práticas pedagógicas

sejam efetivamente transformadas. Esse cenário é evidenciado pela manutenção de métodos de ensino tradicionais por parte dos educadores, que parecem esperar que os alunos se ajustem a um sistema padronizado, sem levar em consideração as necessidades e particularidades de cada indivíduo.

Essa postura educativa revela uma falha na aplicação do conceito de equidade, que é fundamental para a inclusão verdadeira. A equidade não significa tratar todos os alunos da mesma forma, mas sim fornecer os recursos adequados e diferenciados de acordo com as demandas de cada estudante, para que todos tenham a oportunidade de alcançar o mesmo nível de conhecimento. Enquanto a igualdade busca oferecer as mesmas condições para todos, a equidade reconhece que, para que os estudantes possam realmente ter oportunidades justas, é necessário adaptar as condições às necessidades específicas de cada um (MASSOLI RODRIGUES; CARVALHO CAMPOS, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, percebe-se que é preciso que os professores de educação física nas escolas desenvolvam estratégias que permitam a participação ativa de todos os alunos, adaptando suas aulas às limitações e potencialidades individuais. Apesar de grande parte dos profissionais de educação física terem contado com a educação de PCD na teoria, na prática a maioria não possui experiência. No entanto, é fundamental que vejam a inclusão como uma oportunidade de aprendizado e não apenas como um desafio.

Percebe-se, portanto, que a inclusão será mais eficaz se houver um compromisso sólido e contínuo com o desenvolvimento profissional dos professores, aliado a melhorias significativas na infraestrutura e na cultura escolar. Isso inclui a capacitação de educadores para que possam atender às necessidades específicas de todos os alunos, bem como a criação de um ambiente que promova a diversidade e a aceitação.

O suporte de profissionais qualificados, pais engajados e entidades governamentais é fundamental nesse processo, pois garante que as escolas estejam

preparadas para receber e incluir efetivamente alunos com deficiência. Dessa forma, estaremos caminhando em direção à construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática, que não apenas reconhece, mas celebra a singularidade de cada estudante, superando a ideia de que a inclusão é uma mera utopia.

Entretanto, é importante destacar que o estudo apresenta limitações, uma vez que há uma escassez de pesquisas recentes que abordem essa temática de maneira abrangente. Para que possamos aprofundar nossa compreensão sobre a inclusão de alunos PCD, é recomendável a realização de novos estudos que envolvam amostras maiores e mais representativas, abrangendo diferentes regiões do país. Essa abordagem permitirá uma análise mais completa das práticas inclusivas e das realidades enfrentadas por professores e alunos em contextos variados.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, vol. 13, p. 17-37, jul./set. 2017.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, p. 475-497, 2017.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de . Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em:

CARDOSO, Vinicius Denardin; GAYA, Adroaldo Cesar. A classificação funcional no esporte paralímpico. *Conexões*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 132–146, 2014. DOI: 10.20396/conex.v12i2.2173. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2173>. Acesso em: 15 out. 2024.

CASTRO, Mariana Oliveira Rabelo de; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do

Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Rev. Motriviv.**, Florianópolis , v. 32, n.62, e66277, abr. 2020 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422020000200210&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 out. 2024. Epub 01-Maio-2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020.e66277>.

DA SILVA, Simone Gama et al. Os benefícios da atividade física para pessoas com autismo. *Diálogos em Saúde*, v. 1, n. 1, 2018.

DAS NEVES SALLES, William; ARAUJO, Dorival; FERNANDES, Luciano Lazzaris. Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de educação física. *Conexões*, v. 13, n. 4, p. 1-21, 2015.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, Minas Gerais, ano 2021, v. 20, n. 43, p. 64-83, 8 mar. 2021.

LONGO VIEIRA VIDAL DO ROSARIO, Miguel; RIBEIRO ALMEIDA DIAS, Elionai; NOGUEIRA PEREIRA, Bruna. SURF ADAPTADO E PARASURF: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada* , Marília, SP, v. 21, n. 2, p. 317–332, 2021. DOI: 10.36311/2674-8681.2020.v21n2.p317-332. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10464>.. Acesso em: 15 out. 2024.

MALDONADO, Daniel Teixeira. 2022. “EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, CORPO E SAÚDE: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS CIÊNCIAS HUMANAS”. *Corpoconsciência* 26 (1):1-19. <https://doi.org/10.51283/rc.v26i1.12105>.

MARTINS, Leonardo Tavares, et al. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia?. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 2019, 17.2: 185-192.

MASSOLI RODRIGUES , Graciele; CARVALHEIRO CAMPOS, Maria João.

Educação física e inclusão: narrativas de graduandos com deficiência visual. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília, SP, v. 9, n. 2, p. 85–98, 2022. DOI: 10.36311/2358-8845.2022.v9n2.p85-98. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13765>.

Acesso em: 17 out. 2024.

DOS SANTOS, Patrícia Domingos et al. Funcionalidade e qualidade de vida de crianças com deficiência. *J. Hum. Growth Dev.* [online]. 2018, vol.28, n.2 [citado 2024-04-28], pp. 154-164. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822018000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-1282. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.123455>.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 03, p. 387-404, 2014.

GONÇALVES, Vivianne Oliveira; LEITE, Sabrina Toffoli; DUARTE, Edison. A Educação física adaptada no currículo de formação em educação física. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 01–15, 2020. DOI: 10.5216/rir.v16i3.58110. Disponível em: <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/58110>. Acesso em: 17 out. 2024.

REZENDE, Leonardo Mateus Teixeira de; MOREIRA, Osvaldo Costa; TORRES, Juliana de Oliveira. Importância do trabalho psicomotor em aulas de educação física para pessoas com deficiência. 2014.

SOLERA, B; et al (2021). Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. *Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación*, (42), 655-661.

TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Necessidades de assistência à criança com deficiência-Uso do Inventário de Avaliação

Pediátrica de Incapacidade. Revista Paulista de Pediatria, v. 34, p. 447-453, 2016